

## HISTÓRIA URBANA NA AMAZÔNIA EM PERSPECTIVA

### URBAN HISTORY IN THE AMAZON IN PERSPECTIVE

Alanna Aquemi Santiago Saito 

#### RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica sobre os estudos sobre história urbana e/ou história das cidades na Amazônia. Para tanto, primeiramente, falaremos sobre as tendências relacionadas a essa temática a nível internacional e nacional para em seguida analisar se as pesquisas seguem as mesmas tendências e métodos ou se possuem particularidades e métodos próprios. Assim, verificamos que os primeiros estudos seguiram modelos clássicos inspirados em modelos já existentes, ou seja, levaram em consideração as questões políticas e econômicas e as relações natureza/cidade. Entretanto, estudos mais recentes romperam com esses modelos tradicionalistas de entender o urbano e as cidades, levando em consideração os diferentes sujeitos históricos existentes na Amazônia e suas manifestações culturais. Dessa maneira, entendemos que o processo de urbanização nas cidades amazônicas possui características próprias e que por isso as metodologias de análise desses processos podem e devem ser diferenciadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Urbana. Amazônia. Cidades.

#### ABSTRACT

This article aims to review the literature on studies on urban history and/or the history of cities in the Amazon. To do so, first, we will talk about trends related to this topic at an international and national level and then analyze whether the research follows the same trends and methods or if they have their own particularities and methods. Thus, we found that the first studies followed classical models inspired by existing models, that is, they took into account political and economic issues and nature/city relations. However, more recent studies broke with these traditionalist models of understanding the urban and cities, taking into account the different historical subjects existing in the Amazon and its cultural manifestations. In this way, we understand that the urbanization process in Amazonian cities has its own characteristics and that, therefore, the methodologies for analyzing these processes can and should be differentiated.

**KEYWORDS:** Urban History. Amazon. Cities.

#### INTRODUÇÃO

Fazer uma análise sobre as pesquisas sobre urbano na Amazônia exige o estudo da produção historiográfica sobre a história urbana ou história das cidades. Desta forma, será importante situar a nível internacional e nacional as

abordagens e/ou tendências feitas pela historiografia com relação a essa temática.

Em um primeiro momento, destacamos que a produção historiográfica sobre as cidades vem crescendo paulatinamente e ganhando seu espaço na historiografia brasileira. Neste sentido, muitos estudiosos, inspirados principalmente nos trabalhos já existentes sobre os grandes centros urbanos europeus, como Londres e Paris, passaram também a produzir estudos voltados para a temática urbana no Brasil.

No panorama internacional, as cidades começaram a partir do século XIX a ser consideradas objeto de estudo e despertaram o interesse de muitos pesquisadores, sobretudo de historiadores, geógrafos, antropólogos, arquitetos, urbanistas entre outros. Esses, por sua vez, passaram a desenvolver estudos sobre diferentes temáticas que versavam, desde cabarés, prisões, cortiços e modos de vida à constituição de cidade disciplinar e planejada, além de estabelecer diferenciações entre centros e periferias.

Podemos dizer que a historiografia internacional influenciou a história urbana no Brasil, principalmente a criação dos cursos de pós-graduação que por meio, principalmente, dos grupos de pesquisa incentivaram os estudos voltados para esse tema no país (RAGO, 1999, p. 9). Assim, Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre e Belém serviram de objeto para muitos historiadores que se aventuraram na empreitada de trabalhar com a História Urbana no espaço brasileiro.

Contudo, fazer um levantamento historiográfico sobre história urbana na Amazônia não será uma tarefa fácil, pois, por muito tempo, pensar o urbano nessa região era uma questão delicada, já que por muito tempo ainda se tinha a ideia de que a mesma era um local “vazio”, “atrasado”. “não civilizado” e “isolado”. No entanto, nosso objetivo é mostrar com este artigo que, ao contrário do que se pensava, na região amazônica existe sim, uma rede urbana e uma produção historiográfica considerável sobre cidades.

## **1 HISTÓRIA URBANA: ORIGEM E POSSIBILIDADES**

No século XIX, a historiografia tradicional francesa difundia a ideia de que a história era o estudo do passado ou apenas uma mera narrativa - validada por meio de documentos oficiais - o que importava para ela eram os fatos, os

“heróis” e seus feitos, não se dava importância à história dos homens comuns, dos seus modos de vida, e de seus costumes e cultura, bem como os espaços e lugares que habitavam (BURKE, 1992, p. 8).

Foi nesse período que a história passou a ser entendida e considerada uma ciência, graças aos métodos adotados pelo positivismo. Assim, em um mundo onde a ciência e a tecnologia triunfavam, a noção de progresso se fazia cada vez mais presente na maneira não só de se entender a história, como também de analisar as mentalidades de cada época (BURKE, 1992, p. 10-15).

Em oposição ao modelo tradicionalista de pensar e escrever a história surgiu uma nova tendência na historiografia francesa. Essa tendência se expressou mais fortemente através da *Revista Annales* e/ou *Escola dos Annales*, a partir do ano de 1930. Essa revista influenciou e motivou pesquisas não apenas no campo historiográfico, como também em outras áreas das ciências humanas, entre eles a sociologia, antropologia e a geografia (REIS, 2000, p. 65-68). Desse modo, podemos dizer que essa vertente da história possuía um caráter interdisciplinar, já que a história não era pensada nem entendida isoladamente.

Vale ressaltar ainda que a *Revista dos Annales* surgiu numa época em que a "escola metódica" exaltava a sua preocupação com a erudição, privilegiando a dimensão política, procurando dar grande ênfase ao acontecimento. Em reação a essa ênfase à história eminentemente política os historiadores do movimento dos *Annales* abrem espaço às novas abordagens históricas, e assim:

A história social, por exemplo, tornou-se independente da história econômica apenas para se fragmentar, como alguma nova nação, em demografia histórica, história do trabalho, história urbana, história rural e assim por diante (BURKE, 1992 p. 8).

O enfoque da *Escola dos Annales* possibilitou aos historiadores trabalhar com novas perspectivas teóricas e metodológicas, bem como ampliar e problematizar novos objetos e novas fontes de pesquisa. Desta forma, entre as novas abordagens presentes no *faire d'histoire*, surgiu a perspectiva da História Urbana. Nessa perspectiva, as cidades passaram a ser consideradas objeto de estudo e a despertarem o interesse de muitos pesquisadores, como historiadores, geógrafos, antropólogos, arquitetos e urbanistas, como mencionamos anteriormente.

Segundo Ronald Raminelli, em *História Urbana* (2011), os primeiros

estudos sistemáticos sobre a cidade se desenvolveram durante a Revolução Industrial do século XIX, quando um grande caos urbano toma conta de cidades como Londres e Paris. De acordo com Raminelli, os primeiros estudos sobre as cidades como *A Cidade Antiga* (1864) de Fustel de Coulage e *A cidade Grega* (1878) de Gustave Glotz refletiam principalmente sobre os movimentos das cidades, suas formas de ordenamento, planejamento urbano e a constituição de uma cidade ideal e suas funções ao longo do tempo.

Já para Maria Stella Brescianni, em *História e Historiografia das cidades, um percurso* (2010) a cidade se tornou objeto das ciências a partir do século XVIII, pois, foi nesse século que essas passaram a privilegiar as teorias projetiva e idealizada. E somente no século seguinte as intervenções intelectualizadas e pragmáticas partiram da crescente urbanização gerada pela industrialização dos grandes centros urbanos europeus. A autora afirma ainda que no século XIX a cidade passou a sofrer intervenções de vários campos do saber, desencadeando, dessa maneira, uma nova matriz interventora que pudesse expressar a ideia de modernidade – ou pelo menos a percepção dominante de modernidade.

Segundo Brescianni (2010, p. 240-241) “essa materialidade urbana em constante transformação e ao mesmo tempo, em permanência projetava na memória coletiva uma noção de espaço moderno e modernizante”. Para essa autora, a imagem material pode ser percebida de diversas formas, mas uma dessas chama a atenção da autora: a imagem de progresso na memória coletiva. Essa autora explica que a materialidade é o campo de abordagem usado, pois seu objetivo é “acompanhar como essa experiência do olhar se expressou formulando apreciações que constituíram contrastes persistentes” (BRESCIANNI, 2010, p. 238). Além disso, busca também compreender as várias nuances dada a cidade pelos intelectuais que se dedicam aos temas urbanos.

Estudos mais recentes voltados para os centros urbanos passaram a contemplar novas abordagens de cunho interdisciplinar. Essas novas tendências ampliaram os objetos de estudo e deram uma maior visibilidade a complexidade das relações sociais, deixando assim de “lado” os primeiros estudos realizados através dos métodos do século passado.

Nessa perspectiva, de acordo com Raminelli (2011, p. 176) existem duas correntes de pensamento principais nesse processo:

[...]uma que defende a industrialização como um dos maiores influenciadores de urbanização, com ênfase nas teorias de Weber e; outra que trabalha com a ideia de que a urbanização se deu devido ao empobrecimento das sociedades rurais, que adentra as cidades acreditando ser esse um caminho para melhorar a condição social. Como adeptos dessa corrente podemos citar Lewis Mumford, Simmel, Friedrich Engels, Walter Benjamin e Marshall Berman.

Quanto à historiografia das cidades da América Latina, Raminelli (2011, p. 189) afirma que “essa não possui uma autonomia quanto aos trabalhos acima mencionados, pois, segundo o autor existe uma relação estreita entre a história das cidades latino-americanas e das cidades europeias”. Nesse sentido, destacamos dois debates historiográficos pela sua recorrência e importância.

O primeiro deles abarca os estudos de Sérgio Buarque de Holanda, na obra *Raízes do Brasil* (2004), em que o autor discute sobre o próprio planejamento das cidades da América Latina, principalmente com a comparação entre as cidades coloniais espanholas, que teriam sido planejadas como centros de controle e garantia dos domínios coloniais, em oposição às cidades coloniais portuguesas, que surgiram sem planejamento como mero produto do acaso.

O segundo enfatiza os estudos de Caio Prado Junior em *A formação do Brasil contemporâneo* (2004), que considera as questões econômicas para esse fenômeno, pois, para ele as cidades coloniais Latino-Americanas eram órgãos administrativos e profundamente modificadas conforme os avanços econômicos e assim não possuem autonomia em relação ao campo colonial, que segundo esse autor é o espaço de produção econômica.

Entretanto, ao longo do século XIX, com o advento do processo de independência de muitos países latino-americanos e as suas inclusões no mercado internacional, uma série de mudanças ocorreram nas cidades da América Latina, como as transformações profundas na economia, as leis de terra, a abolição da escravatura e as reformas de cunho liberal. Raminelli (2011, p. 189) salienta que:

[...] todas essas mudanças provocaram muitas discussões acerca das reformas urbanas e a politização do espaço público, já que a novas configurações político-administrativas deveria apresentar soluções aos problemas encontrados nos núcleos urbanos.

Portanto, diversos estudos surgiram para discutir essas problemáticas.

Mas, com um diferencial importante, os novos trabalhos enfatizam as particularidades de cada cidade, levando em consideração principalmente a forma de colonização, o sistema econômico, os modelos de planejamento, a composição social, as práticas religiosas e os modos de vida e costumes existentes. Nesse contexto, entenderemos melhor no próximo tópico as influências dos estudos acima citados nas pesquisas sobre a temática urbana nas cidades brasileiras e posteriormente nas cidades amazônicas.

## **2 HISTÓRIA URBANA NO BRASIL**

Uma vertente importante do pensamento sobre a cidade e o urbanismo está hoje ancorada na história. Isto vale não só para o Brasil, mas para muitos outros países. Diversas são as formas que torna interessante a urbe pela história: de um lado, mais pragmático, comparecem a criação de novos espaços, consistente ou banal, inspirada em formas urbanas tradicionais; de outro, enorme desenvolvimento de pesquisas que buscam conhecer a história de nossas cidades, os processos de sua transformação no tempo, os projetos realizados e não realizados, os protagonistas que ajudaram a lhes dar uma nova forma e um novo sentido a cidade em suas múltiplas vertentes culturais.

Segundo Margareth Rago (1999), no Brasil, por volta da década de 1970, as formas de abordagens históricas se inovaram, devido principalmente a criação dos novos cursos de pós-graduação que possibilitaram a abertura dos campos de estudos da história dando ênfase principalmente ao estudo do cotidiano.

Dentre as novas temáticas Margareth Rago destaca a Cultura Urbana e a História Cultural, pois, nessa década foi criada uma área temática específica sobre cidade que contribuiu para o surgimento de grupos de pesquisas, dando maior visibilidade aos estudos urbanos na historiografia brasileira (RAGO, 1999, p.73). Apesar disso, a autora considera que os trabalhos produzidos no Brasil sobre a cidade e o urbano ainda são incipientes.

A definição de cidade e urbano na historiografia brasileira, por um longo período de tempo, foi atrelada às questões econômicas. Essa concepção foi fruto da influência de teóricos como Werner Sombart, Max Weber e Henni Pirenne que definiam a cidade como um espaço econômico e autônomo em relação ao campo.

Em contrapartida, Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial*

(1998) e Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995) consideravam as cidades coloniais como aparelhos administrativos. Capistrano considerava que as cidades não passavam de um caminho entre os engenhos e os centros europeus e Holanda acreditava que as cidades ainda viviam sob a ditadura dos domínios rurais.

No entanto, novos estudos descobrem e problematizam as cidades brasileiras, seja por meio da noção de disciplinarização de Michel Foucault, seja a partir da análise da constituição da sensibilidade moderna difundida por Walter Benjamin. Para Rago (1999, p.87), Walter Benjamin reforça os deslocamentos teóricos em curso, atentando para a crítica da memória histórica, como memória oficial e homogênea". Enquanto que para a teoria foucaultiana:

[...] apropriando-se do conceito de poder disciplinar e das relações saber/poder procurou pensar a constituição da "geografia do poder", destacando as formas invisíveis de esquadramento da população, de individualização dos corpos e de segregação dos pobres na periferia das cidades (RAGO, 1999, p.88 - *grifo meu*).

Assim, podemos dizer que as cidades não apenas se configuram a partir dos projetos e/ou planejamentos oficiais, mais ainda, através dos novos códigos de sociabilidade presentes nas grandes cidades, como podemos identificar na teoria de Benjamin e também da autonomia dos *micropoderes*, como refere a teoria foucaultiana, que nesse caso se constitui por meio do crescimento de uma cidade não planejada.

No século XIX, o Brasil passou por um momento de intensa modernização e urbanização das cidades, o que fomentava o investimento industrial e o incentivo à migração europeia, principalmente nas regiões centro-sul e sudeste. Todos esses acontecimentos fizeram com que cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belém do Pará fossem estudadas através dos fenômenos urbanos (RAGO, 1999, p. 88).

As mudanças ocorridas nesse século também provocaram as reformas urbanas e a politização do espaço público. Sérgio Pechman e Lilia Fritssh em: *A Reforma Urbana e seu Averso: Algumas considerações a propósito da modernização no Distrito Federal na virada do século (1985)* afirma que a crise urbana vivida pela cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, emerge um conjunto de reformas de conteúdos autoritário que pretendeu controlar e

disciplinar a população pobre. Pechman e Fritssch analisam as conotações político-ideológicas dessas reformas urbanas. Não obstante, José Murilo de Carvalho em seu livro intitulado *Os bestializados (1987)*, analisou as mudanças impostas por Pereira Passos através da Revolta da Vacina, movimento pelo qual a população do Rio de Janeiro se opôs as práticas modernizantes e de vigilância sanitária e saúde como a vistoria, dessecação das casas e a vacinação obrigatória. Essa divergência de opiniões revelou “a trama das relações de poder e dos saberes constituídos pelas elites dominantes em relação às populações ricas e pobres” (RAGO, 1999, p. 89).

O intenso crescimento da cidade de São Paulo, no final do século XIX, fez com que também fossem produzidos muitos trabalhos sobre os problemas provocados por essa urbanização desordenada. Maria Stella Bresciani (2010), por exemplo, problematiza a questão habitacional. Primeiro ela trata de casas na cidade, em seguida, analisa a invasão de casarões como uma tentativa de resolver a questão da moradia e a formação de cortiços. Outro ponto abordado pela autora é a construção das vilas operárias que além de aproximar o trabalhador das fábricas fazia uma espécie de higienização na cidade.

Nicolau Sevcenko, por sua vez, em *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos (1992)*, inspirado nos trabalhos de Walter Benjamin, faz sua análise sobre as profundas transformações trazidas pela subjetividade contemporânea advinda da acelerada modernização. Os ritmos urbanos eletrizantes, a vida social, a velocidade das máquinas, a agitação dos corpos e a difusão dos esportes no movimento dos anos 20 são assuntos discutidos pelo autor em sua obra.

Para além das temáticas relacionadas às questões econômicas, destacamos na história urbana os estudos relacionados ao universo cultural. A “vida boêmia, os cabarés, as diferentes formas de sociabilidade causada pela modernidade e o cotidiano das mulheres e crianças são algumas possibilidades trazidas por essa vertente da historiografia” (RAGO, 1999, p. 89).

Nessa perspectiva, José Roberto do Amaral Lapa em: *A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900 (1996)* faz um estudo acerca das práticas lúdicas de lazer e festa, o autor visualiza o desenho urbano e a cidade como artefato, os seus espaços abençoados e malditos, o confronto entre a cidade visível e a invisível, os ajustes das camadas dominantes para permanecerem

como tal e as resistências e estratégias dos dominados para deixarem de sê-lo são alguns dos temas recuperados nesse trabalho que refletem as metamorfoses pelas quais o Brasil passou no período de 1850 a 1900.

Assim, para Lapa (1996), a cidade não é concebida apenas como resultado de organização e sociabilidade, mas como expressão dos atos de amor e solidariedade e das tensões e conflitos que a reproduzem e, por isso mesmo, fazem com que nela coexistam tanto cidades quanto ordens sociais que disputam o seu espaço e o seu tempo, as suas expectativas e as suas contradições. Lapa (1996) enfatiza que para conhecer esse momento da história da cidade, se busca recuperá-la como o palco no qual são propostas novas representações sociais.

O brasilianista Jeffrey Needell, em *Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século* (1993), analisa sob os mais diversos aspectos, o processo de colonização cultural da elite carioca durante a *belle époque*, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX. Needell (1993) versa desde a urbanização e da arquitetura à literatura, dos salões e clubes à escola secundária, da organização familiar à prostituição.

Jeffrey Needell analisa ainda como uma classe dominante eminentemente urbana reproduz de maneira crítica ideias e valores ingleses e franceses. Trata-se, pois, de um estudo abrangente dos hábitos e noções daquelas personagens que nos habituamos a ver nos romances de Machado de Assis - ele próprio presente no livro - e que aqui ressurgem como que em carne e osso, com todos os impasses e contradições de um país que, enquanto se modernizava, via o Segundo Reinado prolongar-se na República Velha.

Podemos ressaltar que no Brasil muitos autores abordaram a questão urbana nas últimas décadas, fizeram análises sobre diferentes cidades, versaram sobre o planejamento urbano, reforma urbana e principalmente sobre a modernização do país. Em contrapartida, podemos destacar a existência de novos estudos, como aqueles que relacionam história urbana e história cultural. Todos esses trabalhos se destacam, pois trazem novas tendências a historiografia brasileira por estudarem as particularidades de cada cidade, enriquecendo assim a pesquisa histórica.

Pensando nisso, analisaremos a seguir as pesquisas relacionadas a história urbana na Amazônia com o objetivo de verificar se as mesmas seguiram métodos e/ou tendências já existentes ou desenvolveram critérios e métodos

próprios.

### 3 HISTÓRIA URBANA NA AMAZÔNIA

Podemos dizer que, inicialmente a produção historiográfica sobre história urbana e/ou história das cidades na Amazônia seguiu modelos clássicos, ou seja, seguiu tendências já existentes que levaram em consideração as questões político-econômicas para entender o surgimento das cidades e seu processo de urbanização.

Por conseguinte, a periodização da evolução da rede urbana foi uma maneira encontrada pelos pesquisadores para analisar o processo de configuração das cidades amazônicas. Apesar de expressar um olhar tradicional não compatível com as tendências metodológicas atuais, a cronologia dos fatos econômicos segundo Vicentini (2004, p.31) se “apresenta como lócus do conhecimento empírico da história da ocupação do território e da formação das cidades dessa região”.

Roberto Lobato Corrêa, em seu artigo *A periodização da rede urbana na Amazônia* (1939), traça o desenvolvimento histórico e cronológico da evolução urbana das cidades amazônicas, fazendo a diferenciação entre os tempos espaciais existentes. O autor afirma que os ditos tempos espaciais possuem muitos seguimentos ou modalidades, assim, no caso da Amazônia podemos dividi-los em dois: os “velhos” que seriam os que aconteceram a mais tempo, a exemplo das comunidades ribeirinhas, e os “novos” que são os primeiros resquícios urbanos que surgiram ao longo dos eixos rodoviários que rasgaram a selva.

Dessa maneira, podemos dizer que, os períodos em que se divide a história, não precisam necessariamente apresentar uma mesma duração, pois, existem períodos longos e curtos que caracterizam a periodização por meio de temporalidades distintas.

[...] Assim, no caso da Amazônia o período em que a rede urbana foi influenciada pela companhia geral do Grão Pará e Maranhão é muito mais curto aquele que lhe segue, que é marcado por uma estagnação econômica e urbana. Mas nem por isso menos importante: ao contrário, de importância enorme para a rede urbana regional (LOBATO CORRÊA, 1939, p. 41).

Dessa forma, Lobato Corrêa, para desenvolver seu trabalho, leva em consideração à gênese dos núcleos urbanos e as funções que desempenham, a paisagem urbana, as relações de independência e dependência dos núcleos urbanos, a ampliação do número de redes, o papel dos diferentes agentes sociais no processo produtivo e as articulações com os espaços exteriores a rede urbana. Observando esses aspectos, o autor divide o desenvolvimento histórico e cronológico das cidades da Amazônia em sete períodos com o objetivo de colocar em evidência o processo de elaboração da rede urbana.

Ainda conforme estabelece Lobato Corrêa (1934), o primeiro período aborda o início da implementação da cidade de Belém e a conquista de territórios; o segundo período se caracteriza pela expansão de fortes e a criação de aldeias missionárias; o terceiro período, curto, mas não menos importante, é marcado pelo considerável desenvolvimento econômico e urbano causado sob a influência da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; já o quarto período, relativamente longo, é assinalado por uma estagnação econômica e urbana; o quinto período por sua vez, conhecido como ciclo da borracha, se destaca pela expansão e riqueza urbana; o sexto período se constitui a partir da crise da borracha e a estagnação por ela causada e o sétimo e último período, se distinguem pelas intensas mudanças econômicas e urbanas ocorridas a partir dos anos de 1960.

De acordo com demonstrado na periodização da rede urbana acima, o processo de urbanização na Amazônia se constituiu obedecendo a ciclos históricos ligados inicialmente a ocupação e depois a política econômica da região e nos destaques dos núcleos urbanos para a Amazônia. Assim, Roberto Lobato Corrêa (1939, p. 66) ressalta que:

[...] a periodização elaborada contribui para compreensão das dimensões genéticas – evolutiva da totalidade social, esta dimensão que, juntamente com a dimensão horizontal – as relações entre as partes e o todo – a vertical – as relações entre a ausência e a permanência – dão conta da totalidade social.

Portanto, apesar de serem encontradas algumas lacunas no decorrer do seu trabalho, o autor explica que tais lacunas existem, pois, foi desenvolvida uma história específica da rede urbana e, assim, por se tratar de uma materialidade social, “inscreve-se no espaço com enorme fixidez tendo forças de

permanências que ultrapassa a funcionalidade para a qual foi criada” (LOBATO CORRÊA, 1939, p. 65-66).

Outra maneira de entender o processo de evolução urbana das cidades amazônicas segundo Yara Vicentini (2004), é através da relação natureza e cidade, esse tipo de abordagem possui muitas possibilidades, mas uma se destaca - a compreensão de natureza criada entre os séculos XV e XIX - pelas teorias sobre a metafísica, a natureza e a evolução das espécies que contribuíram bastante para a consagração da visão do europeu colonizador e civilizado em diversas partes do mundo. Assim:

[...] esta discussão aliou-se ao entendimento sobre a constituição das cidades - considerando que as mesmas exerceram papel fundamental nas construções civilizatórias positivistas - como *locus* privilegiado de desenvolvimento do homem. Expressou, ainda, visões racionalistas fundamentadas na ideia de progresso, evoluindo para sua conceituação instrumentalizada atual (VICENTINI, 2004, p.18).

Os vínculos dos movimentos políticos e históricos também podem ser entendidos como objeto ao se trabalhar a questão urbana, à medida que são levados em consideração “o envolvimento dos homens comuns com as representações dos movimentos políticos, os posicionamentos do Estado e as transformações econômicas, políticas e sociais” (VICENTINI, 2004, p. 15).

Assim sendo, Maria de Nazaré Sarges em *Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque 1870-1912* (2002) analisa o contexto em que se processou a reforma urbana da cidade de Belém, no final do século XIX e início do XX. Sarges (2002) busca entender o papel do poder público na remodelação do espaço urbano de Belém e suas implicações político-ideológicas. Dando ênfase à administração de Antônio Lemos por representar o período em que o poder público mais investiu na reelaboração estética da urbe, inserindo-a no rol das mais importantes cidades brasileiras.

Ressaltamos que esse projeto urbanizador da cidade foi propiciado pelo apogeu da economia da borracha o que demonstra o quanto o extrativismo gomífero afetou o urbano belenense. Nesse momento o *locus* por onde circulava o capital, as rendas e, naturalmente, seus possuidores, deveria expressar segurança e beleza de acordo com os padrões estéticos da Europa.

O fato é que a reforma da cidade, da forma como foi planejada e

conduzida, representou o desalojamento da população pobre e a discriminação espacial das classes sociais, embora essa população marginalizada pelos mecanismos de controle do Estado, depois de certo tempo, tenha voltado a disputar com a elite o espaço de onde fora anteriormente expulsa. Assim, a modernização com seus bulevares, são instrumentos de uma burguesia dinâmica e de um Estado ativo, decidido a modernizar rapidamente, a desenvolver forças produtivas e relações sociais, a acelerar o escoamento de mercadorias, dinheiro e pessoas.

A interpretação marxista da cidade capitalista, por sua vez, compreende a cidade dando enfoque no mundo do trabalho, dos modos de vida, nas interpretações das transformações culturais e na oposição entre classes dominantes e classes dominadas. Dessa maneira, essas formulações aliam-se às propostas de construção da análise de cidades expostas por Vicentinni (2004, p. 20) que:

[...] indica a importância da formação das identidades sociais nos novos espaços urbanos, salientando como a introdução de modos de vida e de novos parâmetros de urbanidade permearam os espaços sociais definidos, promovendo novos usos e novas formas de apropriação, diferenciando o espaço público, na reelaboração da própria esfera pública, em oposição à esfera privada da vida, entendida pela noção de intimidade.

Contudo, a constituição de uma metodologia de abordagem do objeto – a criação histórica das cidades e de seus diferentes processos e temporalidades – remete, após o conhecimento empírico exposto sobre a região, à busca da argumentação que enfatizem a importância da consolidação das cidades como lugares no território, fortemente marcados pela especificidade da natureza, na configuração da organização social, que hoje se expressa de forma hegemônica na caracterização de uma fronteira urbana.

Estudos mais recentes, sobre as urbes amazônicas, levam em consideração não apenas os sistemas político-econômicos como também os elementos socioculturais que compõe as cidades. Dessa maneira, Edna Castro, por exemplo, no texto *Urbanização, pluralidades e singularidades das cidades amazônicas*, acrescenta que:

[...] houve um esforço intelectual nos últimos anos direcionado a temas adstritos a campos de conhecimentos diversos sobre a Amazônia. Citaria os estudos de história das cidades, sociologia,

geografia, antropologia e demografia voltados ao urbano, ao lado de outros recortes menos disciplinares. Outras leituras do urbano partem de estudos no cruzamentos de temas, dentre eles identificam-se resultados de pesquisas sobre planejamento urbano, processos de trabalho, mercado de trabalho, relação campo x cidade, economia regional, pobreza e desigualdade social, grupos étnicos na cidade, cidades novas e, mais recentemente, estudos para fins de elaboração de planos diretores (CASTRO, 2008, p. 13).

Seguindo essas novas abordagens, Nunes (2008) discute o enfoque da economia e da sociologia na abordagem da problemática urbana na sua relação com o espaço rural. O autor explica que os vínculos sociais se constroem a partir de esferas mercantis e não mercantis das relações e que ambas as esferas estão presentes tanto no espaço urbano como no rural, independentemente do desenvolvimento das chamadas forças produtivas.

Desse modo, Nunes (2008) entende a relação urbano-rural na Amazônia brasileira como uma imagem está ligada à pujante diversidade de seu ecossistema. Destaca ainda, a ideia de que a tendência de generalização de relações monetizadas no meio urbano não tem implicado, na região, uma ruptura com formas tradicionais de ligação entre os mundos urbano e rural. Ao contrário, a interface entre ambos reconstrói eternas "formas primárias" de sociabilidades, na medida em que avançam as "formas secundárias".

Nakano (2008), por sua vez, procurou examinar as diferentes dimensões territoriais existentes no município de São Gabriel da Cachoeira: dimensões jurídico-institucionais, socioculturais, urbanas e rurais. Para ele, tais dimensões, definem territorialidades que nem sempre são convergentes e coerentes entre si. Para Nakano (2008) os pontos indefinidos e conflitantes, como, por exemplo, as relações entre as responsabilidades do município, as determinações das terras indígenas, as exigências da segurança nacional e as obrigações das unidades de conservação geram atritos entre o uso e a ocupação do solo urbano, de um lado, e as territorialidades simbólicas das culturas indígenas na sede municipal, de outro.

Segundo Nakano (2008), essa multiterritorialidade presente em São Gabriel da Cachoeira é um bom exemplo do que ocorre em outras partes da região amazônica. Leva-nos a concluir que os desafios socioambientais que se impõem à Amazônia nesse começo de século exigem articulações

multidimensionais entre instituições governamentais e não governamentais, entre redes de atores sociais, entre diferentes instancias da federação, entre diferentes formas de conhecimento sobre as realidades regionais e entre cultura e política.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como podemos perceber na discussão historiográfica apresentada, a história urbana pode ser entendida e interpretada em suas múltiplas possibilidades, que podem ser de cunho econômico, político, social e cultural. Constatamos também, que, as cidades europeias, brasileiras e amazônicas apresentaram processos de urbanização diferenciados, já que cada uma delas possui suas particularidades. Assim sendo, a partir do conhecimento e reconhecimento das abordagens, analisadas no debate historiográfico sobre História Urbana conseguimos entender melhor o processo de formação das cidades e/ou urbes amazônicas.

Sobre a Amazônia, já podemos considerar a existência de uma rede urbana e de uma produção historiográfica considerada sobre as cidades. Logo, as visões estereotipadas – não civilizada, atrasada, vazia - sobre a região devem ser superadas, pois, não corresponde a realidade atual. Hoje a Amazônia deve ser entendida em suas pluralidades: a Amazônia indígena, dos ribeirinhos, das comunidades tradicionais e também dos grandes centros urbanos.

Verificamos também, que, os primeiros estudos sobre as urbes seguiram modelos clássicos inspirados em modelos já existentes, ou seja, levaram em consideração as questões políticas e econômicas e as relações natureza/cidade. Entretanto, constatamos que estudos mais recentes romperam com esses modelos tradicionalistas de entender o urbano e as cidades, e passaram também a levar em consideração os diferentes sujeitos históricos existentes na Amazônia e suas manifestações culturais. Dessa maneira, entendemos que o processo de urbanização nas cidades amazônicas possui características próprias, e que por isso, as metodologias de análise desses processos podem e devem ser diferenciadas.

## REFERÊNCIAS

AMARAL LAPA, José Roberto do. **A Cidade:** O canto e os antros – Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp 1996.

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um Percurso. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BURKE, Peter. **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidades e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades da floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOBATO CORRÊA, Roberto. A periodização da Amazônia. **Revista Brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, 1939.

NAKANO, Kazuo. São Gabriel da Cachoeira: planejamento e gestão de territorialidades imbricadas. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades da floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical:** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São. Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n. 10. São Paulo, dez. 1993.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

RAGO, Margareth. **A nova historiografia brasileira**. Porto Alegre, 1999.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História:** Ensaios de Teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales:** a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém:** riquezas Produzindo a Belle Époque 1870-1912. Belém: Paka-tatu, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e

cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

## **Sobre a autora**

### **Alanna Aquemi Santiago Saito**

Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Contato: [alannasaito@gmail.com](mailto:alannasaito@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4496-1941>

**Artigo recebido em:** 27 de fevereiro de 2022.

**Artigo aceito em:** 16 de abril de 2022.